



imagem retirada da Internet

## **RELATÓRIO DO DESEMPENHO DA PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO FRENTE À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**

**3º QUADRIMESTRE DE 2016**

**Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro  
Controladoria Geral do Município**





# 1 – RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO FRENTE À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO EXERCÍCIO DE 2016

## 3º QUADRIMESTRE 2016

Este relatório tem por objetivo abordar, de forma resumida, alguns aspectos considerados mais relevantes da execução orçamentária e financeira da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro no exercício de 2016. Ao longo deste documento procuramos oferecer elementos para melhor compreensão dos quadros e tabelas da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, publicados no Diário Oficial do Município através das Resoluções CGM nºs. 1.274 e 1.275, de 27 de janeiro de 2017, atualizadas pelas Resoluções CGM nºs 1.276 e 1.277 de 02 de fevereiro de 2017 e 1.283 de 22 de fevereiro de 2017 e colocados à disposição do público por intermédio da internet (<http://www.rio.rj.gov.br/cgm>).

### 1.1 – Execução Orçamentária

A execução orçamentária apresentada pela Tabela I foi apurada considerando os ingressos de natureza orçamentária e as despesas empenhadas pela Prefeitura, incluindo Administração Direta, Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista durante o exercício financeiro de 2016. Com o objetivo de permitir a comparabilidade, evidenciamos também a execução do ano de 2015.

**Tabela I - Execução Orçamentária da Receita e Despesa - 2015 e 2016**

Receitas	2015					2016				
	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (A)	Receitas Realizadas (B)	Saldo (C=A-B)	(C/A)	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (A)	Receitas Realizadas (B)	Saldo (C=A-B)	(C/A)
Receitas Correntes	24.651.184	24.651.184	23.535.007	1.116.177	4,53%	26.466.441	26.466.441	24.669.792	1.796.649	6,79%
Receitas de Capital	5.538.245	5.538.245	2.853.475	2.684.770	48,48%	4.399.490	4.399.490	3.597.954	801.536	18,22%
<b>Total Receitas</b>	<b>30.189.429</b>	<b>30.189.429</b>	<b>26.388.482</b>	<b>3.800.947</b>	<b>12,59%</b>	<b>30.865.931</b>	<b>30.865.931</b>	<b>28.267.746</b>	<b>2.598.185</b>	<b>8,42%</b>
<b>Déficit de Execução</b>	-	-	<b>904.115</b>			-	-	<b>611.457</b>		
<b>Total</b>	<b>30.189.429</b>	<b>30.189.429</b>	<b>27.292.597</b>			<b>30.865.931</b>	<b>30.865.931</b>	<b>28.879.203</b>		
<b>Superávit Financeiro</b>	-	<b>916.760</b>	<b>818.260</b>				<b>567.251</b>	<b>501.299</b>		

Despesas	2015					2016				
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (A)	Despesas Empenhadas	Saldo (C=A-B)	(C/A)	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (A)	Despesas Empenhadas	Saldo (C=A-B)	(C/A)
Despesas Correntes	23.117.759	23.191.903	21.554.104	1.637.799	7,06%	25.165.253	25.586.508	24.311.695	1.274.813	4,98%
Despesas de Capital	7.026.670	8.626.854	5.738.493	2.888.361	33,48%	5.653.579	7.191.475	4.567.508	2.623.967	36,49%
Reserva de Contingência	45.000	64.410	-	64.410	100,00%	47.100	72.525	-	72.525	100,00%
<b>Total Despesas</b>	<b>30.189.429</b>	<b>31.883.167</b>	<b>27.292.597</b>	<b>4.590.570</b>	<b>14,40%</b>	<b>30.865.932</b>	<b>32.850.508</b>	<b>28.879.203</b>	<b>3.971.305</b>	<b>12,09%</b>
<b>Superávit de Execução</b>	-	-	-			-	-	-		
<b>Total</b>	<b>30.189.429</b>	<b>31.883.167</b>	<b>27.292.597</b>			<b>30.865.932</b>	<b>32.850.508</b>	<b>28.879.203</b>		

A execução orçamentária referente a 2016 evidencia um déficit da execução orçamentária da ordem de R\$ 611.457 mil, enquanto que no exercício anterior foi apurado um déficit da ordem de R\$ 904.115 mil.

A Prefeitura apresentou ainda em 2016 um déficit de previsão da receita no valor de R\$ 2.598.185 mil. Este valor equivale a 8,42 % da previsão inicial.

Cabe destacar que em 2016 foram utilizados R\$ 501.299 mil provenientes de saldos financeiros de exercícios anteriores para a abertura de créditos adicionais.

O resultado orçamentário é detalhado a seguir pelos índices de execução da receita e da despesa.

#### 1.1.1 – Índices de Execução da Receita

A Tabela II demonstra a execução orçamentária da Receita nos exercícios de 2015 e 2016.

**Tabela II - Execução Orçamentária da Receita - 2015 e 2016**

Em R\$ mil

Receitas	2015			2016		
	Previsão (A)	Execução (B)	(B/A)	Previsão (A)	Execução (B)	(B/A)
Receitas Correntes	24.651.184	23.535.007	95,47%	26.466.441	24.669.792	93,21%
Receitas de Capital	5.538.245	2.853.475	51,52%	4.399.490	3.597.954	81,78%
<b>Total</b>	<b>30.189.429</b>	<b>26.388.482</b>	<b>87,41%</b>	<b>30.865.932</b>	<b>28.267.746</b>	<b>91,58%</b>

A arrecadação do ano de 2016 alcançou 91,58 % da receita inicialmente prevista para o ano. Comparando os resultados de 2015 e 2016, verifica-se um acréscimo de 4,17 pontos percentuais referentes ao índice de execução da receita.

A Tabela III mostra a participação no total arrecadado dos principais itens de receita.

**Tabela III - Composição das Receitas Arrecadadas - 2015 e 2016**

Em R\$ mil

Receitas	2015		2016		Variação 2015/2016
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	
<b>I - Receitas Correntes</b>					
Tributária	9.598.789	36,37%	9.898.430	35,02%	3,12%
Transferências Correntes	7.077.540	26,82%	7.203.556	25,48%	1,78%
Contribuições	3.256.784	12,34%	3.639.883	12,88%	11,76%
Outras Receitas Correntes	1.913.507	7,25%	2.719.369	9,62%	42,11%
Patrimonial	1.365.445	5,17%	899.200	3,18%	-34,15%
Serviços	315.183	1,19%	301.607	1,07%	-4,31%
Industrial	7.759	0,03%	7.747	0,03%	-0,15%
<b>Total de Receitas Correntes</b>	<b>23.535.007</b>	<b>89,19%</b>	<b>24.669.792</b>	<b>87,27%</b>	<b>4,82%</b>
<b>II - Receitas de Capital</b>					
Operações de Crédito	1.872.073	7,09%	2.302.677	8,15%	23,00%
Transferência de Capital	842.700	-	837.672	2,96%	-0,60%
Amortização de Empréstimos	86.484	0,33%	82.970	0,29%	-4,06%
Alienação de Bens	52.157	0,20%	374.635	1,33%	618,29%
Outras Receitas de Capital	61	0,00%	0	0,00%	-100,00%
<b>Total de Receitas de Capital</b>	<b>2.853.475</b>	<b>10,81%</b>	<b>3.597.954</b>	<b>12,73%</b>	<b>26,09%</b>
<b>III - Receita Total</b>	<b>26.388.482</b>	<b>100,00%</b>	<b>28.267.746</b>	<b>100,00%</b>	<b>7,12%</b>

A maior parte das receitas do Município é oriunda de tributos (impostos e taxas) e transferências correntes (cota-parte do ICMS, IPVA, FUNDEB, FPM, etc.), que juntas representam 60,50% do total arrecadado em 2016, sendo 35,02% de receitas tributárias e 25,48% de transferências correntes.

Ao analisarmos o desempenho da arrecadação, observamos um incremento nominal na receita total da Prefeitura da ordem de 7,12% em relação ao exercício anterior, conforme demonstrado na Tabela IV.

**Tabela IV – Receita Arrecadada por Categoria Econômica – 2012 a 2016**

Receitas	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2015/2016	
						R\$ Mil	%
Em R\$ Mil							
<b>I - Receitas Correntes</b>							
Tributárias	7.522.997	8.358.916	9.148.025	9.598.789	9.898.430	299.640	3,12%
Contribuições	2.400.645	2.634.714	2.978.483	3.256.784	3.639.883	383.099	11,76%
Patrimoniais	946.859	767.324	876.596	1.365.445	899.200	(466.245)	-34,15%
Industriais	6.241	6.551	6.959	7.759	7.747	(12)	-0,15%
Serviços	316.595	350.170	400.824	315.183	301.607	(13.576)	-4,31%
Transferências Correntes	5.879.152	6.591.652	6.877.576	7.077.540	7.203.556	126.016	1,78%
Outras Correntes	1.496.701	2.027.790	1.408.367	1.913.507	2.719.369	805.862	42,11%
<b>Total de Receitas Correntes</b>	<b>18.569.190</b>	<b>20.737.118</b>	<b>21.696.830</b>	<b>23.535.007</b>	<b>24.669.792</b>	<b>1.134.785</b>	<b>4,82%</b>
<b>II - Receitas de Capital</b>							
Operações de Crédito	457.058	717.932	1.635.755	1.872.073	2.302.677	430.604	23,00%
Alienação de Bens	387.288	15.321	224.740	52.157	374.635	322.479	618,29%
Amortização de Empréstimos	99.555	83.080	80.373	86.484	82.970	(3.515)	-4,06%
Transferências de Capital	176.368	195.625	334.782	842.700	837.672	(5.028)	-0,60%
Outras de Capital	-	50	-	61	-	(61)	-100,00%
<b>Total de Receitas de Capital</b>	<b>1.120.269</b>	<b>1.012.008</b>	<b>2.275.650</b>	<b>2.853.475</b>	<b>3.597.954</b>	<b>744.479</b>	<b>26,09%</b>
<b>III - Receita Total</b>	<b>19.689.459</b>	<b>21.749.126</b>	<b>23.972.480</b>	<b>26.388.482</b>	<b>28.267.746</b>	<b>1.879.264</b>	<b>7,12%</b>

Este incremento foi resultado do aumento de 4,82% das receitas correntes, e de 26,09% das receitas de capital.

É importante ressaltar que algumas rubricas de receita sofreram variação considerável, se compararmos, em valores absolutos, as arrecadações ocorridas em 2015 e 2016, conforme mostra a Tabela V.

**Tabela V – Composição das Principais Receitas Arrecadadas - 2012 a 2016**

Receitas	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2015/2016	
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	%
Em R\$ Mil							
Impostos	7.167.821	7.986.061	8.761.107	9.183.669	9.438.490	254.821	2,77%
Transferências Intergovernamentais	5.858.580	6.571.703	6.843.475	6.996.856	7.101.568	104.712	1,50%
Contribuições Sociais	2.214.667	2.428.259	2.747.464	3.013.069	3.383.595	370.526	12,30%
Operações de Crédito	457.058	717.932	1.635.755	1.872.073	2.302.677	430.604	23,00%
Valores Mobiliários	688.396	459.360	636.577	622.022	523.331	(98.691)	-15,87%
Multas e Juros de Mora	518.303	913.772	621.602	673.426	651.213	(22.213)	-3,30%
Serviços	316.595	350.170	400.824	315.183	301.607	(13.576)	-4,31%
Taxas	355.176	372.855	386.918	415.120	459.940	44.820	10,80%
Dívida Ativa	553.853	573.363	352.069	493.632	593.118	99.486	20,15%
Contribuições para Custeio de Ilum.Pública	185.978	206.455	231.019	243.715	256.288	12.573	5,16%
Amortização de Empréstimos	99.555	83.080	80.373	75.135	82.970	7.835	10,43%
Transf. de Capital - Convênios	139.846	167.392	280.714	794.187	799.864	5.677	0,71%
Aliações de Bens	387.288	15.322	224.740	52.157	363.573	311.416	597,08%
Concessões e Permissões	134.301	151.176	95.433	141.512	113.482	(28.030)	-19,81%
Demais Receitas	612.042	752.226	674.411	1.496.726	1.896.030	399.304	26,68%
<b>Total</b>	<b>19.689.459</b>	<b>21.749.126</b>	<b>23.972.480</b>	<b>26.388.482</b>	<b>28.267.746</b>	<b>1.879.264</b>	<b>7,12%</b>

Vale registrar algumas variações significativas ocorridas entre 2015 e 2016 sendo que a principal variação positiva em valores absolutos ocorreu na rubrica de Alienação de Bens, com R\$ 311.416 mil, correspondendo a um crescimento de 597,08% o maior destaque desse grupo foi decorrente da rubrica de Alienação de Imóveis Urbanos - FUNPREVI no valor de R\$ 180.001 mil. Além dessa, podemos destacar a variação positiva que ocorreu na rubrica de Operações de Crédito em R\$ 430.604 mil, correspondendo a 23,00%, e o maior montante nessa rubrica foi do contrato com o BNDES do Programa Estruturador do Transporte Urbano.

Destacamos ainda a variação negativa ocorrida na rubrica de Valores Mobiliários no montante de R\$ 98.691mil, correspondendo a um decréscimo de 15,87%.

A Tabela VI demonstra as principais variações dentro do grupo de impostos e transferências intergovernamentais responsáveis pelas maiores fatias da arrecadação municipal.

**Tabela VI - Detalhamento das Receitas de Impostos e Transferências Correntes Intergovernamentais - 2012 a 2016**

Em R\$ Mil

Receitas	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2015/2016	
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	%
IPTU	1.622.414	1.844.205	2.000.547	2.031.664	2.320.448	288.784	14,21%
IRRF	508.211	548.951	670.984	756.062	985.310	229.248	30,32%
ITBI	744.945	786.924	737.217	667.093	625.242	(41.851)	-6,27%
ISS	4.292.250	4.805.981	5.352.359	5.728.849	5.507.490	(221.359)	-3,86%
<b>Impostos</b>	<b>7.167.821</b>	<b>7.986.061</b>	<b>8.761.107</b>	<b>9.183.669</b>	<b>9.438.490</b>	<b>254.821</b>	<b>2,77%</b>
FUNDEB	184.023	197.108	218.040	2.178.864	2.190.242	11.378	0,52%
ICMS	1.241.922	1.348.211	1.358.377	1.916.714	1.802.223	(114.491)	-5,97%
IPVA	265.494	291.337	353.079	538.929	648.310	109.381	20,30%
SUS	1.592.188	1.782.147	1.810.333	1.362.943	1.426.779	63.837	4,68%
Salário Educação	428.097	466.552	504.119	404.134	375.944	(28.190)	-6,98%
FPM	1.686.288	2.017.283	2.119.364	189.035	217.005	27.970	14,80%
Outras Transferências	460.568	469.064	480.163	406.237	441.065	34.828	8,57%
<b>Transf. Intergovernamentais</b>	<b>5.858.580</b>	<b>6.571.703</b>	<b>6.843.475</b>	<b>6.996.856</b>	<b>7.101.568</b>	<b>104.712</b>	<b>1,50%</b>

### 1.1.2 – Índices de Execução da Despesa

Conforme demonstra a Tabela VII, a despesa orçamentária empenhada atingiu o patamar de R\$ 28.879.203 mil em 2016, equivalentes a 87,91% do valor autorizado. Já em 2015 o índice de execução da despesa foi de 85,60%. Cabe ressaltar que do montante empenhado, R\$ 185.245 mil não foram liquidados dentro de 2016, sendo inscritos em restos a pagar não processados, representando 0,64% da despesa executada.

**Tabela VII - Execução Orçamentária da Despesa – 2015 e 2016**

Em R\$ mil

Despesas	2015			2016		
	Fixação (A)	Execução (B)	(B/A)	Fixação (A)	Execução (B)	(B/A)
Despesas Correntes	23.191.903	21.554.104	92,94%	25.586.508	24.311.695	95,02%
Despesas de Capital	8.626.854	5.738.493	66,52%	7.191.475	4.567.508	63,51%
Reserva de Contingencia	64.410	-	-	72.525	-	-
<b>Total</b>	<b>31.883.167</b>	<b>27.292.597</b>	<b>85,60%</b>	<b>32.850.508</b>	<b>28.879.203</b>	<b>87,91%</b>

As despesas orçamentárias, classificadas por categoria econômica, ficaram distribuídas como mostra a Tabela VIII.

**Tabela VIII - Despesas Realizadas por Categorias Econômicas - 2015 e 2016**

Em R\$ Mil

Despesas	2015		2016		Variação 2015/2016
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	
<b>I - Despesas Correntes</b>					
Pessoal e Encargos Sociais	12.977.537	47,55%	14.744.069	51,05%	13,61%
Juros e Encargos da Dívida	490.863	1,80%	564.602	1,96%	15,02%
Outras Despesas Correntes	8.085.704	29,63%	9.003.024	31,17%	11,34%
<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>21.554.104</b>	<b>78,97%</b>	<b>24.311.695</b>	<b>84,18%</b>	<b>12,79%</b>
<b>II - Despesas de Capital</b>					
Investimentos	5.180.855	18,98%	3.716.723	12,87%	-28,26%
Inversões Financeiras	260.918	0,96%	580.453	2,01%	122,47%
Amortizações da Dívida	296.720	1,09%	270.332	0,94%	-8,89%
<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>5.738.493</b>	<b>21,03%</b>	<b>4.567.508</b>	<b>15,82%</b>	<b>-20,41%</b>
<b>III - Despesa Total</b>	<b>27.292.597</b>	<b>100,00%</b>	<b>28.879.203</b>	<b>100,00%</b>	<b>5,81%</b>



Houve um incremento em valores nominais das despesas correntes da ordem de 12,79%. Nesta categoria econômica, o maior acréscimo ocorreu no grupo Juros e Encargos da Dívida que variaram 15,02%. Por sua vez, o empenhamento das despesas com Pessoal e Encargos Sociais cresceu nominalmente 13,61%, enquanto que Outras Despesas Correntes cresceram 11,34%.

A participação das despesas correntes sobre o total empenhado aumentou de 78,97% para 84,18% se comparando com o exercício de 2015. Consequentemente, a participação das despesas de capital sobre o total empenhado diminuiu de 21,03% em 2015 para 15,82% no exercício de 2016.

Dentro das despesas de capital houve o seguinte acréscimo se comparado com o exercício de 2015: em Inversões Financeiras da ordem de 122,47%, e decréscimos em Investimentos, da ordem de 28,26%, e em Amortizações da Dívida de 8,89%.

A Tabela IX demonstra a evolução da despesa por categoria econômica nos últimos cinco exercícios.

**Tabela IX – Evolução da Despesa por Categorias Econômicas - 2012 a 2016**

Despesas	Em R\$ Mil				
	2012	2013	2014	2015	2016
<b>I - Despesas Correntes</b>					
Pessoal e Encargos Sociais	9.406.770	10.340.205	11.823.860	12.977.537	14.744.069
Juros e Encargos da Dívida	499.158	550.391	641.589	490.863	564.602
Outras Despesas Correntes	7.171.549	7.555.332	7.799.659	8.085.704	9.003.024
<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>17.077.478</b>	<b>18.445.928</b>	<b>20.265.108</b>	<b>21.554.104</b>	<b>24.311.695</b>
<b>II- Despesa de Capital</b>					
Investimentos	3.321.965	2.810.366	3.615.979	5.180.855	3.716.723
Inversões Financeiras	171.006	198.845	272.056	260.918	580.453
Amortizações da Dívida	280.244	362.194	378.593	296.720	270.332
<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>3.773.215</b>	<b>3.371.405</b>	<b>4.266.628</b>	<b>5.738.493</b>	<b>4.567.508</b>
<b>III - Despesa Total</b>	<b>20.850.692</b>	<b>21.817.333</b>	<b>24.531.736</b>	<b>27.292.597</b>	<b>28.879.203</b>

No nível mais agregado da execução orçamentária da despesa, temos a distribuição por funções de governo. A Tabela X apresenta a evolução nos últimos cinco exercícios da despesa classificada por funções de governo.

Ao analisarmos os gastos por funções de governo, podemos observar a ênfase dada na manutenção do gasto público nas áreas de Educação (R\$ 6.314.448), Saúde (R\$ 5.136.542), Urbanismo (R\$ 4.474.514) e Previdência Social (R\$ 4.116.470).

**Tabela X – Evolução da Despesa por Funções de Governo - 2012 a 2016**

Em R\$ Mil

Funções	2012	2013	2014	2015	2016
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
Legislativa	505.610	540.818	685.421	712.415	811.185
Judiciária	69.304	73.654	205.928	117.205	121.501
Administração	1.968.470	1.892.151	2.054.330	2.486.120	2.551.695
Segurança Pública	305.677	343.315	434.500	469.138	520.264
Assistência Social	652.683	706.412	791.389	835.358	819.663
Previdência Social	2.664.183	2.848.339	3.237.459	3.566.428	4.116.470
Saúde	3.869.005	3.969.608	4.198.847	4.418.358	5.136.542
Trabalho	7.863	13.102	11.094	9.107	8.958
Educação	4.373.541	4.895.105	5.128.072	5.831.020	6.314.448
Direitos da Cidadania	222.482	252.046	251.453	19.866	231.823
Cultura	1.403	11.534	4.685	237.727	17.765
Urbanismo	3.425.535	3.188.714	4.010.963	5.021.092	4.474.514
Habituação	546.962	467.568	353.470	349.220	177.688
Saneamento	620.462	872.419	846.529	819.541	890.335
Gestão Ambiental	139.819	109.281	148.661	123.449	130.312
Ciência e Tecnologia	14.805	24.817	26.171	23.062	32.641
Indústria	8.634	8.116	7.523	9.509	11.374
Comércio e Serviços	196.073	138.400	175.683	145.893	172.170
Transporte	254.585	256.256	282.557	276.833	278.535
Desporto e Lazer	41.309	103.299	393.618	761.800	523.287
Encargos Especiais	962.286	1.102.379	1.283.383	1.059.455	1.538.034
<b>III - Despesa Total</b>	<b>20.850.692</b>	<b>21.817.334</b>	<b>24.531.735</b>	<b>27.292.597</b>	<b>28.879.203</b>

### 1.1.3 – Composição do Resultado Orçamentário

Comparando-se as receitas arrecadadas e as despesas realizadas nos últimos cinco exercícios evidenciamos os resultados apresentados na Tabela XI.

**Tabela XI - Composição do Resultado Orçamentário - 2012 a 2016**

Em R\$ Mil

Especificações	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2015/2016
Receitas Correntes	18.569.190	20.737.118	21.696.830	23.535.007	24.669.792	1.134.785
(-) Despesas Correntes	(17.077.477)	(18.445.928)	(20.265.108)	(21.554.104)	(24.311.695)	(2.757.591)
<b>Superávit Corrente</b>	<b>1.491.713</b>	<b>2.291.190</b>	<b>1.431.722</b>	<b>1.980.903</b>	<b>358.096</b>	<b>(1.622.806)</b>
(+) Receita de Capital	1.120.269	1.012.008	2.275.650	2.853.475	3.597.954	744.479
<b>Subtotal</b>	<b>2.611.982</b>	<b>3.303.198</b>	<b>3.707.372</b>	<b>4.834.378</b>	<b>3.956.051</b>	<b>(878.327)</b>
(-) Despesas de Capital	(3.773.215)	(3.371.405)	(4.266.628)	(5.738.493)	(4.567.508)	1.170.985
<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>(1.161.233)</b>	<b>(68.206)</b>	<b>(559.256)</b>	<b>(904.115)</b>	<b>(611.458)</b>	<b>292.658</b>

A Tabela XI mostra que a participação da despesa de capital é superior à receita de capital, denotando que o superávit do orçamento corrente, no montante de R\$ 358.096 mil [R\$ 24.669.792 (receitas correntes) – R\$ 24.311.695 (despesas correntes)], juntamente com o superávit de exercícios anteriores, no valor de R\$ 501.299, financiou parte da realização das despesas de capital.

A variação positiva do resultado da execução orçamentária do exercício de 2015 para o de 2016, no valor de R\$ 292.658 mil, é evidenciada na Tabela XII.



**Tabela XII - Variação do Resultado Orçamentário - 2015 x 2016**

Variação	Em R\$ Mil
	R\$
( + ) Aumento das Receitas Correntes	1.134.785
( - ) Aumento das Despesas Correntes	(2.757.591)
( + ) Aumento das Receitas de Capital	744.479
( + ) Redução das Despesas de Capital	1.170.985
<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>292.658</b>

### 1.2 – Gastos com Pessoal

Conforme demonstrado pela Tabela XIII, a despesa com pessoal de 2016 consumiu 52,13% da receita corrente líquida (RCL) arrecadada no exercício, abaixo do limite legal (60%) e mesmo do limite prudencial, que é de 57%. Sendo que o Poder Executivo foi responsável pelo consumo de 49,04% da RCL.

**Tabela XIII - Demonstrativo Resumido da Despesa com Pessoal - 2015 e 2016**

Despesas com Pessoal	2015	% RCL 2015	2016	% RCL 2016
<b>I - Poder Executivo</b>	<b>8.908.451</b>	<b>44,26%</b>	<b>10.021.571</b>	<b>49,04%</b>
Pessoal Ativo <sup>1</sup>	8.812.432	43,78%	9.911.237	48,50%
Pessoal Inativo e Pensionistas <sup>2</sup>	18.072	0,09%	20.333	0,10%
Outras Despesas de Pessoal <sup>3</sup>	77.947	0,39%	90.001	0,44%
<b>I - Poder Legislativo</b>	<b>543.515</b>	<b>2,70%</b>	<b>630.836</b>	<b>3,09%</b>
Pessoal Ativo	542.881	2,70%	630.202	3,08%
Pessoal Inativo e Pensionistas	634	0,00%	634	0,00%
<b>Total Despesa Líquida com Pessoal</b>	<b>9.451.966</b>	<b>46,96%</b>	<b>10.652.407</b>	<b>52,13%</b>
<b>Receita Corrente Líquida</b>	<b>20.127.298</b>		<b>20.435.814</b>	

Notas:

1) Para atender a LRF, foram abatidas as despesas com precatórios (período de referência anterior ao de apuração), indenizações por demissões e despesas de exercícios anteriores.

2) Para atender a LRF, foram abatidas as despesas com inativos custeadas por recursos vinculados.

3) Inclui Mão-de-Obra para Serviços de Saúde Pública; Serviços Técnicos, Científicos e de Pesquisas de Caráter Continuo; Serviços Administrativos de Caráter Continuo; Serviços de Limpeza Urbana de Caráter Continuo e Serviços de Engenharia de Caráter Continuo .

### 1.3 – Disponibilidades – Consolidado

Em 31/12/2016, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro possuía disponibilidade de caixa bruta no montante de R\$ 2.324.837 mil, sobre as quais pesavam obrigações financeiras da ordem de R\$ 1.499.343 mil, revelando uma disponibilidade de caixa líquida de R\$ 825.494 mil (montante disponível para fins de inscrição em Restos a Pagar Não Processados do exercício).

Destaca-se a apuração de despesas incorridas e não inscritas em Restos a Pagar, conforme apresentado de forma sintética pela Tabela XIV, e detalhadamente no Anexo 5 do Relatório de Gestão Fiscal, em anexo.

**Tabela XIV - Demonstrativo Sintético da Disponibilidade de Caixa e Inscrição de Restos a Pagar Não Processados - 2016**

RS 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA APÓS OPERAÇÕES ENTRE FONTES DE RECURSOS	Total das Obrigações Financeiras	DISPONIBILIDADE E DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO DE RPN)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS	DESPESAS INCORRIDAS E NÃO INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONSIDERANDO AS DESPESAS INCORRIDAS E NÃO INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>1.170.876.542,13</b>	<b>478.195.681,01</b>	<b>692.680.861,12</b>	<b>95.409.867,66</b>	<b>597.270.993,46</b>	<b>156.690.868,23</b>	<b>300.061.549,57</b>	<b>297.209.443,89</b>	
FUNDEB	191.604.871,27	150.048.146,57	41.556.724,70	4.344.619,01	37.212.105,69	20.605.686,57	17.376.108,68	19.835.997,01	Suficiente
Fundo Municipal de Saúde	127.470.444,25	18.052.712,30	109.417.731,95	4.269.968,14	105.147.763,81	49.379.360,37	43.000.289,58	62.147.474,23	Suficiente
Fundo Municipal de Assistência Social	21.630.917,10	568.612,01	21.062.305,09	1.893.232,12	19.169.072,97	449.128,60	1.286.928,22	17.882.144,75	Suficiente
Fundo de Conservação Ambiental	15.801.869,19	84.397,33	15.717.471,86	-	15.717.471,86	1.582.689,31	1.531.217,49	14.186.254,37	Suficiente
Fundo Municipal de Habitação	421.043,97	-	421.043,97	-	421.043,97	-	-	421.043,97	Suficiente
Fundo Especial de Iluminação Pública	6.774.239,29	3.972.350,42	2.801.888,87	-	2.801.888,87	7.297.558,20	6.921.116,78	(4.119.227,91)	Insuficiente
Fundo Orçamentário Especial da PGM	137.448.505,84	96.793,05	137.351.712,79	3.134.618,35	134.217.094,44	393.309,99	313.358,30	133.903.736,14	Suficiente
Fundo Especial da Câmara do Rio de Janeiro	63.907.231,71	68.967,82	63.838.263,89	4.894.314,31	58.943.949,58	-	-	58.943.949,58	Suficiente
Demais Fundos Especiais	35.401.800,19	513.073,08	34.888.727,11	14.192.400,91	20.696.326,20	748.715,41	172.044,88	20.524.281,32	Suficiente
Salário Educação	7.729.459,23	1.239.310,04	6.490.149,19	4.713.120,68	1.777.028,51	3.198.815,58	2.746.892,20	(969.863,69)	Insuficiente
Convênios Realizados	214.453.117,63	95.409.402,02	119.043.715,61	36.370.353,04	82.673.362,57	-	166.869.751,39	(84.196.388,82)	Insuficiente
Multas por infração à Legislação do Trânsito	2.877.809,00	759.127,87	2.118.681,13	204.512,40	1.914.168,73	10.581.823,85	9.527.703,71	(7.613.534,98)	Insuficiente
Operações de Crédito Contratual Realizadas	219.964.288,65	144.110.613,26	75.853.675,39	18.992.959,42	56.860.715,97	-	34.611,20	56.826.104,77	Suficiente
Merenda Escolar	683.049,68	-	683.049,68	-	683.049,68	-	-	683.049,68	Suficiente
Royalties do Petróleo	10.135.046,51	8.874.402,15	1.260.644,36	89.473,67	1.171.170,69	23.255.156,81	22.623.255,43	(21.452.084,74)	Insuficiente
Outros Recursos Vinculados	114.572.848,62	54.397.773,09	60.175.075,53	2.310.295,61	57.864.779,92	39.198.623,54	27.658.271,71	30.206.508,21	Suficiente
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>791.197.420,84</b>	<b>684.638.985,92</b>	<b>106.558.434,92</b>	<b>89.835.513,13</b>	<b>16.722.921,79</b>	<b>322.527.973,04</b>	<b>275.208.299,95</b>	<b>(258.485.378,16)</b>	
Recursos Não Vinculados - Poder Executivo	726.988.212,26	656.102.821,85	70.885.390,41	63.836.675,45	7.048.714,96	322.527.973,04	275.208.299,95	(268.159.584,99)	Insuficiente
Recursos Não Vinculados - Poder Legislativo	64.209.208,58	28.536.164,07	35.673.044,51	25.998.837,68	9.674.206,83	-	-	9.674.206,83	Suficiente
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>1.962.073.962,97</b>	<b>1.162.834.666,93</b>	<b>799.239.296,04</b>	<b>185.245.380,79</b>	<b>613.993.915,25</b>	<b>479.218.841,27</b>	<b>575.269.849,52</b>	<b>38.724.065,73</b>	
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES<sup>9</sup></b>	<b>362.763.398,39</b>	<b>336.508.361,24</b>	<b>26.255.037,15</b>	<b>-</b>	<b>26.255.037,15</b>	<b>21.448,61</b>	<b>-</b>	<b>26.255.037,15</b>	Suficiente
<b>TOTAL GERAL (INCLUINDO RPPS)</b>	<b>2.324.837.361,36</b>	<b>1.499.343.028,17</b>	<b>825.494.333,19</b>	<b>185.245.380,79</b>	<b>640.248.952,40</b>	<b>479.240.289,88</b>	<b>575.269.849,52</b>	<b>64.979.102,88</b>	

Nota: Este demonstrativo inclui as transações Intra-Orçamentárias

Por meio do decreto nº 42.793, de 1º de janeiro de 2017, foi instaurada auditoria, sob a competência da Controladoria Geral do Município para apurar os atos praticados nos últimos 30 (trinta) dias de dezembro de 2016, no tocante a possível retirada de despesas consideradas rotineiras inscritas em restos a pagar, visando mostrar um aumento fictício no caixa da Prefeitura.

O levantamento inicial que tomou por base os registros no Sistema de Execução Orçamentária e Contabilidade (FINCON) identificou um montante de R\$ 479.240.289,88 referentes aos 5.665 empenhos cancelados.

A fim de identificar a adequação desses cancelamentos, foram enviados ofícios para todos os órgãos e entidades com objetivo de informarem as despesas com serviços prestados ou materiais entregues no exercício de 2016.

Essas informações serviram de base para os exames da Auditoria Geral. Foi prevista a inclusão, nos processos de prestação de contas de ordenadores de despesa referente a 2016, das referidas despesas, as quais substituirão as informações apresentadas anteriormente. Ocorre que diversos órgãos da Administração Direta não apresentaram estas informações nos processos de prestação de contas e que as entidades da Administração Indireta ainda não apresentaram os processos de prestação de contas referidos, por estarem no prazo.

Os exames realizados pela Auditoria Geral tomaram por base as informações e documentos apresentados no momento da Auditoria, ficando pendentes de apresentação diversos documentos e evidências, inclusive de despesas continuadas e concessionárias, indicando a existência de despesas incorridas, porém, no momento da auditoria, não puderam ser evidenciadas pelos documentos fiscais. Auditoria Geral está com o trabalho em andamento, com diversos testes a serem aplicados.

Considerando o prazo para apresentação da Prestação de Contas da Gestão do Prefeito de 2016, e que para tal, torna-se necessária a conclusão dos registros contábeis pertinentes e que as despesas incorridas no exercício e não inscritas em RP devem ser devidamente demonstradas pela Contabilidade, conforme atendimento às normas técnicas em vigor, essas despesas foram registradas como variações patrimoniais diminutivas do resultado patrimonial do exercício de 2016, com o reconhecimento do Passivo, de forma a ficar evidente a existência dessas obrigações. Ressalta-se que a mensuração, no que se refere à Administração Direta, tomou por base, exclusivamente, os valores informados pelos órgãos e entidades à CGM, nos meses de janeiro e fevereiro de 2017, sendo de responsabilidade desses gestores a adequação das informações, visto os motivos expostos acima, em especial, que o trabalho de auditoria ainda encontra-se em andamento, mas garantindo a devida contabilização e evidenciação contábil desses atos. A mensuração na Administração Indireta foi realizada pelas suas respectivas contabilidades.

#### 1.4 – METAS FISCAIS

Especificação	Em R\$ Mil					Variação 2015/2016
	2012	2013	2014	2015	2016	
Receita Tributária	7.510.772	8.344.059	9.133.561	9.597.286	9.896.940	3,12%
Receita de Contribuições	563.952	625.026	717.133	774.974	904.048	16,66%
Receita Patrimonial	923.346	746.298	863.865	1.344.781	722.908	-46,24%
Receita Industrial	2.554	2.543	3.204	3.566	4.368	22,48%
Receita de Serviços	81.952	96.947	102.718	97.100	81.182	-16,39%
Transferências Correntes	6.436.666	7.210.716	7.511.971	7.687.905	7.804.598	1,52%
Outras Receitas Correntes	1.469.850	1.993.511	1.374.990	1.891.272	2.459.555	30,05%
( - ) Contribuição Plano Seg. Social Servidor	(334.429)	(368.223)	(425.684)	-462.782	-560.939	21,21%
( - ) Compensação entre Regimes Previdenciários	(51.563)	(57.886)	(69.969)	-133.535	-197.335	47,78%
( - ) Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	(561.039)	(622.689)	(644.174)	-673.270	-679.510	0,93%
<b>Receita Corrente Líquida</b>	<b>16.042.062</b>	<b>17.970.302</b>	<b>18.567.617</b>	<b>20.127.298</b>	<b>20.435.814</b>	<b>1,53%</b>

O resultado primário, que corresponde à diferença entre as receitas e despesas não financeiras (isto é, não considera aplicações financeiras, operações de crédito, amortização de empréstimos, alienação de bens, juros e encargos da dívida, concessão de empréstimos e amortização da dívida), no exercício de 2016 alcançou patamar deficitário de R\$ 3.100.718 mil, superior ao déficit de R\$ 2.781.994 mil alcançado em 2015, e superior também ao valor estipulado no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias atualizado pela Lei Orçamentária Anual, que era deficitário em R\$ 2.762.201 mil, conforme demonstra a Tabela XVI.

Em R\$ Mil

Especificação	2015	2016	Varição
Receitas Primárias Correntes	22.873.577	24.105.789	1.232.212
Receitas Primárias de Capital	842.761	837.672	(5.089)
Receitas Primárias Líquidas	23.716.338	24.943.461	1.227.122
Despesas Primárias Correntes	21.063.241	23.747.093	2.683.851
Despesas Primárias de Capital	5.435.091	4.297.086	(1.138.005)
Despesas Primárias Líquidas	26.498.333	28.044.178	1.545.846
<b>Resultado Primário</b>	<b>(2.781.994)</b>	<b>(3.100.718)</b>	<b>(318.724)</b>
<b>Meta Fixada LDO / LOA</b>	<b>(2.526.513)</b>	<b>(2.762.201)</b>	<b>(235.688)</b>

Em valores nominais, o resultado primário alcançado em 2016 foi negativo em R\$ 3.100.718 mil, e maior em R\$ 318.724 mil que o encontrado no exercício de 2015.

As receitas primárias líquidas correspondem à arrecadação do período deduzida dos rendimentos de aplicações financeiras e receitas de juros de empréstimos concedidos, no caso das receitas correntes, e deduzidas, ainda, de receitas de operações de crédito, amortizações de empréstimos e de alienação de ativos, no caso das receitas de capital. Já as despesas primárias líquidas equivalem ao total de despesas orçamentárias, deduzidas das despesas com juros e encargos da dívida (despesas correntes), concessão de empréstimos e amortização da dívida fundada (despesas de capital).

O resultado nominal, que equivale à variação da dívida fiscal líquida, foi negativo em **R\$ 2.035.062** mil em 2016, enquanto que a meta fixada pelo anexo de metas fiscais da LDO atualizado pela LOA foi de R\$ 5.447.590 mil negativos, conforme apresenta a Tabela XVII.

**Tabela XVII - Demonstrativo do Resultado Nominal - 2015 e 2016**

Em R\$ Mil

Especificação	Em 31 Dez 2015 (a)	Em 31 Dez 2016 (B)	Resultado Nominal Dez 2016 (B-A)
Dívida Consolidada (1)	17.657.649	14.264.505	(3.393.144)
Disponibilidade de Caixa Bruta e Demais Haveres Financeiros (2)	(2.388.317)	(1.037.396)	1.350.921
Dívida Consolidada Líquida (3=1-2)	15.269.332	13.227.109	(2.042.223)
Passivos Reconhecidos (4)	(124.646)	(117.485)	7.161
<b>Dívida Fiscal Líquida (5=3-4)</b>	<b>15.144.686</b>	<b>13.109.624</b>	<b>(2.035.062)</b>
<b>Meta Fixada LDO/LOA</b>			<b>(5.447.590)</b>

A dívida consolidada líquida montou R\$ **13.227.109** mil em 31/12/2016, equivalente **64,73%** da receita corrente líquida, conforme demonstrado na Tabela XVIII, estando, portanto, dentro do limite do artigo 3º, inciso II da Resolução nº 40 do Senado Federal, que estabelece que o montante da dívida consolidada líquida dos municípios não poderá exceder 120% da receita corrente líquida.

A dívida consolidada líquida montou R\$ **13.227.109** mil em 31/12/2016, equivalente **64,73%** da receita corrente líquida, conforme demonstrado na Tabela XVIII, estando, portanto, dentro do limite do artigo 3º, inciso II da Resolução nº 40 do Senado Federal, que estabelece que o montante da dívida consolidada líquida dos municípios não poderá exceder 120% da receita corrente líquida.

**Tabela XVIII - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida e Operações de Crédito - 2015 e 2016**

Índices	Limite	2016	2015	2014	2013	2012
Despesa c/ Pessoal Consolidado <sup>(a)</sup>	60% RCL	52,13%	46,96%	46,84%	42,41%	43,14%
Despesa c/ Pessoal - Poder Executivo <sup>(a)</sup>	54% RCL	49,04%	44,26%	44,30%	40,09%	40,69%
Dívida Consolidada Líquida <sup>(a)</sup>	120% RCL	64,73%	75,86%	57,51%	47,42%	54,15%
Operações de Crédito <sup>(a)</sup>	16% RCL	11,21%	9,21%	7,45%	1,28%	2,66%
ARO <sup>(a)</sup>	7% RCL	-	-	-	-	-
Amortização, Juros e Encargos da Dívida <sup>(a)</sup>	11,50% RCL	6,93%	5,05%	6,09%	5,23%	5,17%
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino <sup>(b)</sup>	25% RRI	28,95%	25,82%	25,42%	25,40%	25,68%
Remuneração Educação/FUNDEB <sup>(b)</sup>	60% EF/EB	75,64%	74,29%	73,45%	63,10%	71,28%
Saúde <sup>(b)</sup>	15% RRI	25,48%	20,93%	20,81%	19,43%	23,25%

(a) Limite máximo

(b) Limite mínimo

RCL = Receita Corrente Líquida

RRI = Receita Resultante de Impostos

EF/EB = Gastos com ensino fundamental/educação básica realizados com recursos do FUNDEB

O total de liberações de recursos de operações de crédito no exercício de 2016 equivaleu a 11,21% da receita corrente líquida, enquanto a Resolução nº 43 do Senado Federal estabelece como limite 16% da receita corrente líquida. Cabe destacar ainda que não houve liberações derivadas de refinanciamento nem operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.

A Tabela XIX apresenta um resumo dos índices alcançados pela Prefeitura em relação aos limites estabelecidos, comparando-os nos últimos cinco exercícios.

**Tabela XIX - Resumo dos Índices da Prefeitura - Dez/2012 a Dez/2016**

Especificação	Em R\$ Mil	
	2015	2016
Dívida Consolidada	17.657.649	14.264.505
Disponibilidade de Caixa Bruta e Demais Haveres Financeiros (2)	(2.388.317)	(1.037.396)
Dívida Consolidada Líquida (A)	15.269.332	13.227.109
Operações de Créditos (B)	1.852.990	2.290.085
Receita Corrente Líquida (C)	20.127.298	20.435.814
Limite definido pela Resolução nº 40 do Senado Federal para a Dívida Consolidada Líquida - 1,2 x RCL (D)	24.152.758	24.522.977
Índice da Dívida Consolidada Líquida (A/C)	75,86%	64,73%
Margem Livre da Dívida Consolidada Líquida (D-A)	8.883.426	11.295.868
Índice das Operações de Crédito (B/C)	9,21%	11,21%

### **1.5 – Considerações Finais**

Com a apresentação deste relatório e das anexas demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Controladoria Geral do Município cumpre uma das suas tarefas, qual seja a apresentação da Prestação de Contas de responsabilidade do Poder Executivo da Cidade do Rio de Janeiro.

É fundamental esclarecer que tal apresentação refere-se às posições do patrimônio da entidade pública – Município do Rio de Janeiro – bem como da execução orçamentária da receita e despesa pelas quais são responsáveis cada um dos ordenadores natos e delegados definidos nos precisos termos do Código de Administração Financeira do Município (Lei nº 207/80).

Assim, como consequência desta apresentação, teremos as prestações de contas individuais de cada um desses ordenadores que serão, no devido prazo, examinadas pela Auditoria Geral do Município e encaminhadas ao Tribunal de Contas do Município.

Com estas breves considerações a Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro espera contribuir para a leitura e transparência dos demonstrativos que compõem as Prestações de Contas das Gestões Municipais, bem como para avaliação por parte do Poder Legislativo e, principalmente, do cidadão.